

ACTA Nº 4

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de Outubro de dois mil e dez, reuniu, no Centro Escolar de Santa Marta o Conselho Municipal de Educação, constituído conforme o previsto no artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro. Presentes todos os conselheiros, à excepção dos representantes, das Associações de Estudantes, do representante das Juntas de Freguesia e representante do Ensino Particular e Cooperativo, conforme documento que se anexa à presente acta.

Da ordem de trabalho, previamente distribuída, constava:

1. Aprovação da acta da reunião anterior;
2. Balanço do arranque do ano lectivo 2010/2011
 - DREN
 - Câmara Municipal
3. Outros assuntos

Presidiu aos trabalhos a Vereadora do Pelouro da Educação, Maria José Guerreiro.

A reunião iniciou-se com a aprovação da acta da reunião anterior, merecendo esta, de correcção de dois lapsos e o pedido de rectificação pela conselheira Fátima Lopes. A acta foi aprovada com quatro abstenções.

Dado início à ordem de trabalhos, o conselheiro Armando Borlido informou que havia solicitado que fosse incluída na ordem de trabalhos o ponto: reorganização da rede escolar. Sobre esta pretensão a presidente informou que o pedido havia sido formulado pelo que deveria ser considerado. Fátima Pimenta solicitou que fosse clarificado o pretendido, tendo o conselheiro Armando Borlido dado esclarecimento sobre o pretendido. António Gonçalves considerou ser pertinente a discussão dado estar presente a representante do ME, o que não se verificava em Julho. O conselheiro Armando Borlido considerou que o tema fosse considerado nos Outros Assuntos, o que viria a conhecer o consenso de todos.

Referente ao ponto 2 da ordem de trabalhos - balanço do arranque do ano lectivo 2010/2011:

- a representante da DREN, conselheira Cristina Garcia informou que o arranque do ano se tinha processado sem sobressaltos. Que se haviam encerrado as Escolas do 1º ciclo de Vila Mou e Freixieiro de Soutelo, que tinham inscritos 17 alunos. Os alunos destes estabelecimentos foram realocizados em Lanheses e Afife, respectivamente, sendo-lhes disponibilizado transporte específico. As AECS tinham arrancado a 27 de Setembro com algumas excepções pontuais. Agradeceu oferta de transporte feito pelo município para os alunos das escolas, no âmbito do programa “1001 músicos”, realizado no Centro Cultural de Belém.

Sobre este balanço pronunciou-se o conselheiro Armando Borlido para solicitar elementos sobre o número de alunos a frequentar os estabelecimentos o presente ano lectivo. Cristina

Garcia informou que os mesmos já tinham sido lançados na plataforma e podiam ser consultados.

- **a representante da C.M.** , conselheira Maria José Guerreiro considerou que o ano tinha arrancado com normalidade. Deu conhecimento das principais intervenções feitas, com destaque; requalificação da EB1 de Afife, ampliação da EB/JI de Mazarefes, construção do novo bloco do ensino secundário em Lanheses, logradouro desportivo da escola de Carreço.

Deu conhecimento da colocação atempada de todo o pessoal não docente nos Agrupamentos objecto de transferência de competências. Realçando que o município havia também considerado já a substituição de pessoal que se encontra em processo de aposentação, de forma a obviar constrangimentos.

Referiu todos os circuitos especiais de transporte existentes no concelho, feitos com recurso a 9 autocarros e a 9 táxis, transportando 376 e 17 alunos, respectivamente.

Referiu que o município disponibiliza ainda 2.639 títulos de transportes dos quais 791 são feitos na modalidade de passe social numa perspectiva de reforço da mobilidade sustentada.

Considerou que o processo das AECs se tinha desenvolvido dentro do possível sendo que o modelo que as suporta é desajustado, pesado e exige a mobilização de recursos humanos muito significativos.

Referiu que a acção social escolar cobre actualmente 1.507 alunos o que pressupõe encargos estimados de €45.020 para livros e material didáctico e €288.933,75 para participação nas refeições.

O que representa um aumento dos encargos significativo.

Sobre este balanço pronunciaram-se: o representante da GNR para solicitar a identificação dos circuitos especiais e informação sobre o itinerário de Lanheses e terras de Geraz. Manuel Isaías respondeu informando que o itinerário de Geraz era feito com base em carreira pública e que haviam remetido ao comando a identificação dos circuitos especiais.

Fatima Pimenta manifestou o seu agrado pela nova modalidade de passes tendo presente os benefícios que daí podem advir. António Gonçalves questionou a avaliação feita sobre esta nova modalidade de transporte, referindo ser importante a sua existência embora reconheça ser difícil de executar. Maria José considerou que o município procuraria avaliar a utilização dada ao novo título, tendo Manuel Isaías dado conhecimento que tal era tecnicamente difícil embora a introdução de nova bilhética pelas operadoras possa ajudar. Esclareceu que a nova modalidade representa um aumento de encargos de 34.000 euros, valor reduzido no contexto da despesa com o Plano de transportes.

Armando Borlido solicitou informação sobre o processo das AECs e constrangimentos observados, tendo Maria José considerado que a existência de horários pouco apelativos, a burocracia excessiva, a falta de recursos qualificados, a dificuldade na

articulação e supervisão, constituem os maiores problemas. Armando Borlido questionou e considerou ser desejável que o modelo fosse outro e que o recrutamento de docentes fosse feito pelos agrupamentos, o que implica mais autonomia.

Manuel Isaias considerou que o modelo precisa de ser revisto e que nem todas as crianças tem de estar na escola tanto e todas ao mesmo tempo, referiu ser desejável que as áreas fossem exploradas no contexto do currículo e de um horário de funcionamento mais extenso, o que implica mexer no horário docente. Raquel Amorim esclareceu que não estará na rigidez do horário do 1º CEB a raiz do problema. Na prática não há articulação curricular entre os docentes das AECs e os professores titulares, por falta de tempo.

Fátima Pimenta, considerou que estando no conselho representado o ME e sendo o problema das AECs recorrente em todos os conselhos do distrito era importante que o ME tivesse efectivo conhecimento da situação de forma a proceder a melhorias. Cristina Garcia considerou que o M E tem conhecimento destes constrangimentos. Flora Silva considerou que a Câmara se organiza desde à muito para minimizar os problemas. Deveria ser possível dar continuidade aos contratos dos docentes de anos anteriores, sobretudo, os que mostraram melhor desempenho. É preciso instalar a confiança entre o ME e as estruturas locais e o município deve reiterar junto do ME que o actual modelo não serve. Luísa Neves considerou que este problema reflecte o modelo centralista.

António Gonçalves considerou ser necessário recordar o que já tinha dito em reuniões anteriores: o que corresponde a trabalho regular e a necessidades permanentes deve ser resolvido com o recurso a soluções estáveis e não à precarização.

Nos outros assuntos, Maria José introduziu a questão suscitada por Armando Borlido: reorganização da rede escolar.

Armando Borlido colocou três questões: se efectivamente o ME tem previsto discutir o reordenamento da rede escolar; se há uma proposta concreta; se há uma proposta para ser implementada, sem discussão.

Cristina Garcia respondeu que ainda não existe uma orientação sobre o procedimento a desenvolver para a junção de agrupamentos; aguarda reunião com a tutela para se definir orientação. Tinha sido dito em Julho que no início do ano lectivo se operacionalizava o processo.

António Gonçalves considerou que depois da trapalhada inicial espera que haja calma; que ficou clara a intenção economicista do ME, já que não se trata de uma acção de reordenamento, mas sim, de redução de cargos com a gestão. Propôs a criação de um grupo de trabalho para analisar e preparar uma proposta de forma a evitar-se a política do facto consumado.

Fátima Pimenta, manifestou a concordância com a proposta, considerando contudo, estar contra o modo e a metodologia seguida pelo ME em Julho; o governo tem toda a legitimidade para proceder a alterações na rede. Armando Borlido, manifestou anuência à proposta, reiterando abertura para ajustamentos na rede e a necessidade de o processo ser desenvolvido com calma e de se pensar a médio/longo prazo

António Gonçalves, reiterou a necessidade de se construir uma proposta que seja assumida pela autarquia. Maria José Guerreiro pôs à consideração do Conselho a criação do grupo de trabalho, tendo sido consensualizada a seguinte constituição:

1 Representante de cada uma destas representações do CME: da autarquia, EAE, docentes Raquel Amorim, António Gonçalves e Armando Borlido, representantes dos pais e um representante das Juntas de Freguesia.

Maria José Guerreiro leu o e-mail, enviado pela Irmã Fernanda Luz, que se anexa, comunicando o motivo do seu afastamento do Conselho Municipal de Educação.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Presidente deste Conselho.